Cidade de muros

Capítulo 1. A fala do crime.

A violência e o medo + mudanças sociais = segregação espacial e discriminação social. Essa é a justificação da exclusão social por diferentes grupos sociais.

Discursos sobre medo legitimam a atitude violenta + Práticas de segregação + processo de transformação social = formas diferentes de exclusão. Formas de manter grupos sociais separados.

Novo padrão de segregação = construção de muros = estabelece diferenças, impõe divisão, distância. Constrói separação, aumenta a exclusão, restringe movimentos. Operações justificadas pelo medo, pela fala do crime nas conversas do dia-a-dia.

O crime passou a ser tema de narrativas, comentários, conversas. Junto a esses comentários, o medo e a experiência pessoal de ser vítima do crime, acabam aumentando o medo.

Fala do crime = reorganização simbólica de um universo transformado pelo aumento do crime e processos que afetam a sociedade. Democratização política x crise econômica.

A fala do crime sustenta preconceitos, estereótipos, criminaliza certas categorias sociais. Tenta restabelecer um quadro estático e estável do mundo. Elaboram preconceitos e tentam eliminar a ambigüidade.

Criminalização simbólica = processo social dominante tão arraigado que até as próprias vítimas dos estereótipos acabam por reproduzi-lo.

Universo do crime = fomenta privatização segurança – indústria lucrativa e reclusão de determinados grupos sociais = deslegitima a cidadania.

Enclaves fortificados - transformam o espaço público. São fechados, privatizados, monitorados, têm a finalidade de residência, lazer, trabalho e consumo.

A desigualdade é reproduzida, contradiz os processos que deveriam eliminar discriminação e autoritarismo.

O medo e a fala do crime produzem interpretações e explicações habitualmente simplistas e estereotipadas, moldando um cenário de muros, tolhendo movimentos e legitimando reações privadas ou ilegais, aumentando a violência.

As narrativas recontam a experiência de violência e dão novo significado, não apenas às experiências individuais, mas também ao contexto social no qual ocorrem.

Experiência do crime = rompe o significado e desorganiza o mundo.

A fala do crime contém detalhes, porque esses representam um acontecimento que teve o poder de interromper o curso da rotina, monótona, do dia-a-dia, mudando a essência para sempre. A experiência da violência sempre provoca mudanças, é destruidora e desorientadora. É seguida de reações como mudar, cercar a casa, não sair à noite, etc.

A história da pessoa é marcada pelo antes e o depois da experiência. Essa divisão em antes e depois reduz o mundo à oposição bem x mal. Antes era bom. Depois é ruim. Há uma idealização da realidade, sem a percepção da complexidade do mundo e da situação vivida, das mudanças ocorridas.

O discurso preconceituoso - nordestinos “invasores”, “empesteiam” – o Nordeste representa a decadência social.

Há uma elaboração de categoria de criminoso baseada em preconceitos e, depois, a fala do crime repete os estereótipos criados, elaborando outros preconceitos.

As narrativas dos crimes estão relacionadas à reprodução da violência e a outros processos sociais, especialmente o da democratização. Ao lidarem com a desordem causada pelo crime (ruptura), produzem um certo tipo de significação. São simplistas, intolerantes e marcadas por preconceitos e estereótipos e contradizem o discurso e as iniciativas democráticas.

A fala do crime passa a nivelar as pessoas pela violência e a sociedade passa a aceitar a violência para combater a violência, diferenciando a violência que restaura a ordem (boa), da violência que mata.

A violência boa é legítima e direciona a violência ruim para os “canais adequados”. A narrativa ajuda a violência a circular e proliferar = cultura do terror.

A ordem simbólica engendrada na fala do crime discrimina grupos, promove sua criminalização e os transformas em vítimas da violência. Faz o medo circular através da repetição de histórias e deslegitima as instituições da ordem, legitimando a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violentos e ilegais.

A fala do crime, em desacordo com os valores de igualdade social, tolerância, respeito pelos direitos alheios, produz segregação (social e espacial), abusos por parte da instituição da ordem, contestação dos direitos da cidadania e a própria violência.

O crime torna naturais as desigualdades sociais. As barreiras são enraizadas no discurso e nos muros da cidade. Preconceitos não são apenas verbais, mas se reproduzem nos atos das pessoas em suspeitas e investigações.

À medida que os pensamentos e atos das pessoas são moldados pelo raciocínio categorizante da fala do crime, sua influência se espalha afetando interações sociais e comportamento público e político.

Se o medo e o aumento da violência são reais, o crime propicia uma linguagem com a qual se pode pensar, falar sobre muitos assuntos e processos de desestabilização. Isso ajuda o aumento da segregação, da desigualdade, apesar do sistema político democrático. Para a democracia se consolidar terá de enfrentar e neutralizar os processos de violência, discriminação e segregação que o universo do crime articula.

O Brasil mudou muito. Nos anos 40-70 houve uma urbanização significativa, industrialização, sofisticação, expansão do mercado de consumo e complexificação da estrutura social que foram acompanhadas de autoritarismo, supressão da participação política da maioria da população, distribuição desigual da renda e tentativa de manter hierarquia social e dominação pessoal.

Modernidade cheia de paradoxos – sociedade de consumo industrial, pobre, mas moderna, heterogênea e profundamente desigual (mas essa diferença era compensada pelo fato de que a maioria estava em melhor situação).

A elite não se sentia confortável com a incorporação das classes trabalhadoras ao mundo moderno, mas era aceitável enquanto seu próprio enriquecimento estivesse garantido.

Na década de 80 – recessão. Crise fez mudar a sociedade brasileira. Mudança de atitude das mulheres em relação ao trabalho, educação dos filhos, valores. Mudança da faixa etária – população mais velha. Mudança no padrão de urbanização (declínio da taxa de crescimento da população urbana). Planos falhos, incapazes de ensejar mudanças estruturais necessárias para iniciar um outro padrão de desenvolvimento – recessão – desemprego –decadência social passa a ser uma perspectiva mais realista do que a possibilidade de ascensão. Pessimismo.

Uma década de desemprego, recessão – a pobreza adquiriu proporção alarmantes no começo de 90. Recriação do movimento sindical. Movimentos sociais aprovados pela igreja católica. Crise econômica, mas esperança na transformação política.

Aumento do crime violento acrescenta insegurança às ansiedades relativas à inflação, ao desemprego e a uma transformação política. Muitos grupos reagiram negativamente à ampliação da arena política e à expansão dos direitos. Esses grupos encontraram no problema do crime uma forma de articular oposição.

Universo do crime (fala do crime, medo) + crescimento da violência + fracasso instituições da ordem (polícia e judiciário) + privatização da segurança e justiça + segregação cidades = forma sintética e marcante o caráter disjuntivo da democracia brasileira.

Principal contradição = expansão da cidadania política (eleições livres e regulares, liberdade de expressão, funcionamento regular do

legislativo) e deslegitimação da cidadania civil. A democracia política não trouxe consigo o respeito pelos direitos, justiça, vida humana.

Capítulo 2. A crise, os criminosos e o mal.

As discussões sobre crime quase sempre levam a reflexões sobre a situação do país. Crise econômica, desemprego, inflação foram associados à violência por pessoas que estavam perdendo a esperança de mobilidade social.

Experiências de violência são específicas em cada classe social. Diferentes concepções sobre crime e o mal nos diversos grupos sociais.

O reconhecimento da injustiça social e o efeito devastador nos mais pobres não impedem que algumas pessoas das classes média e alta afirmem que os pobres são culpados, ao menos parcialmente, por sua situação e pela situação e problemas do país.

A classe média reclama que tem dificuldade de manter as aparências e distâncias que julgavam adequadas. Discussões sobre declínio social viram discussões sobre diferenças sociais e a manutenção do lugar de cada um na hierarquia da sociedade.

A distância social é marcada por várias maneiras = materialmente (grades, cercas, distâncias) + concepções depreciativas também criam distanciamento social – cerca simbólica.

A idéia é de que as pessoas pobres são acostumadas à indignidade, aceitam a sua posição fora da sociedade ou do mercado de consumo. Há também uma idéia difundida entre as classes média e alta de que pobre não sabe consumir, desperdiçam e têm a mentalidade “esbanjadora”. Essa idéia é negada pela realidade na periferia urbana onde os trabalhadores pobres construíram suas casas por conta própria, urbanizaram o bairro sem financiamento algum. As classes média e alta duvida da capacidade dos pobres de fazerem escolhas de consumo e de votarem racionalmente.

O consumo dos pobres é repreensível e parece transgredir as linhas imaginárias que separam os grupos sociais e mantêm cada um no lugar que lhe é próprio.

A fala do crime ajuda a policiar as fronteiras das posições sociais e é realizada pela elite e demais grupos sociais, inclusive pelos pobres, depreciando os moradores de favela.

As experiências de violência variam segundo a classe social, enquanto que na Mooca e no Morumbi há um número alto de assaltos, furtos e seqüestros, na periferia há assassinatos. Pessoas trabalhadoras que moram na periferia vivenciam a violência no dia-a-dia de perto.

O nível categorizante do criminoso (aquele estereotipado) é insuficiente para dar conta das experiências e quando as experiências vão

contra as preconceituosas categorização, os discursos tornam-se contraditórios e ambíguos.

O crime e o criminoso são associados a espaços que supostamente lhe dão origem = favela e cortiços. Os habitantes desses espaços são tidos como marginais e considerados intrusos, socialmente marginais (filhos de mãe solteira, família divididas). São impróprios, poluidores e perigosos.

A aparência não é tudo, mas, às vezes é tudo em que alguém pode se basear. Geralmente as pessoas baseiam-se nas aparências e em categorias genéricas para fazerem julgamentos. De um lado, denigrem os pobres, por outro, levam em conta a condição de pobreza e o fato de que trabalham e são "gente boa". Precisam do estereótipo para manter a estratificação social.

Em entrevista, uma pessoa falou que gente da favela não é gente é indigente (2.19). Gente é quem trabalha de dia para comer de noite.

Uma cidadã, líder de bairro não hesitou em dirigir-se ao prefeito para pedir uma repressão armada às pessoas que viviam na favela porque ela sentiu que estavam atrapalhando a sua vida e a impedindo de ter o padrão de vida que merecia. "O nome deles é marginalidade".

Os pobres reproduzem o discurso dominante com eles próprios. Há uma confusão entre pobres e criminosos e a polícia opera com esse mesmo estereótipo.

Como o crime é uma questão do mal, o controle da difusão do mal é usado para atacar os direitos humanos, apoiar abusos da polícia, justiceiros, esquadrão da morte e a pena de morte.

O crescimento do crime é um sinal de autoridade fraca seja ela da escola, mãe, igreja, polícia, sistema judiciário. Fracasso das autoridades. Se elas falham, as pessoas sentem que têm de resolver os problemas por seus próprios meios. Então, se o ambiente ficou perigoso, constroem-se barreiras como intensificação do preconceito, muros, vigilância, atos ilegais, abusos da polícia.

A educação na família é muito importante, pois o mal se espalha rapidamente. Pensamento compartilhado. Medo da droga.

O tempo ocioso é perigoso. As pessoas pensam que é difícil ressocializar o preso porque ele não possui ocupação no presídio.

Quando as pessoas vêm do lugar certo e tiveram um supervisionamento adequado, quando as aparências contradizem o comportamento, compreende-se a violência pela consciência pervertida da pessoa. O crime cometido por "quem tem do bom e do melhor" só podem ser explicados por algum tipo de perversidade. O uso de drogas é uma grande causa.

Para as pessoas pobres e de classe média as de classe alta “desfrutam o privilégio de estarem acima da lei e da sociedade, porque sua posição social garante que elas não serão punidas.

Como as instituições são incapazes de controlar o mal e as pessoas estão constantemente expostas a ele e àqueles que se colocam acima da lei, para se protegerem, criam os próprios meios de isolamento.

Capítulo 3.

O número de pessoas que morrem nas mãos de vigilantes particulares e da polícia é grande. A polícia é parte do problema da violência. Durante toda a história republicana o Estado encontrou maneiras de legalizar formas de abuso e violação de direitos, como desenvolver atividades extra-legais sem punição.

O comportamento da polícia parece estar de acordo com as concepções da maioria que acredita que a polícia boa é dura, violenta e que seus atos ilegais são aceitáveis e reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito aos direitos individuais. Isso sugere, além de uma disfunção institucional, um padrão cultural incontestado que identifica a ordem e autoridade ao abuso de violência.

Violência e abuso são constitutivos das instituições da ordem brasileiras, da dominação de classe, padrão de expansão dos direitos do cidadão e, portanto, da democracia atual. A violência é mais um instrumento utilizado quando outros meios de hierarquizar uma situação falham. A rigor, é o último recurso.

Quando usada pelos poderosos = afirma a hierarquia e desqualifica a igualdade.
Quando usada pelos pobres = afirma a igualdade.

A polícia brasileira usa a violência como padrão regular e cotidiano de controle da população, não como exceção e, freqüentemente, tem feito sob a proteção da lei. A violência é a linguagem regular da autoridade, tanto pública, quanto privada – tanto do Estado, quanto do chefe de família.

A combinação de princípios igualitários com estruturas de dominação e vários tipos de desigualdade e hierarquias tem raízes profundas na modernidade ocidental. A reprodução da dominação e das desigualdades no campo das disciplinas é o complemento da legitimação do aparato jurídico da sociedade do contrato.

O Brasil incorporou os princípios liberais de igualdade na Constituição antes da abolição da escravidão. O princípio adotado divergia da realidade, da prática social existente.

As práticas de violência e arbitrariedade, o tratamento desigual para pessoas de grupos sociais diferentes, o desrespeito aos direitos e a impunidade dos responsáveis por essas práticas são constitutivos da polícia brasileira, em graus variados desde a sua criação no começo do século XIX. O

controle abusivo da polícia não é controlado pelos políticos e cidadãos por falta de vontade.

No Estado novo a polícia foi reestruturada. No regime militar passou a ser subordinada ao exército. Em 1988, a polícia subordinada ao governador.

Nas ditaduras a polícia era controlada com firmeza, mas a atuação abusiva fazia parte da repressão. Esses regimes introduziram leis de exceção e garantias de impunidade protegendo os que perpetravam abusos, legitimando a prática de violência.

No Brasil, a ilegalidade e a exceção são a norma e o padrão de abuso da polícia ainda constitui o parâmetro do bom trabalho policial para uma parte considerável da população.

"Modernidade incompleta" = sistema político democrático e práticas sociais de abusos e deslegitimação ".

Capítulo 4. O crime violento e a falência do estado de direito.

O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como a violenta ação da polícia, descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justiça de reparação, respostas violentas e privadas ao crime, resistência à democratização e a débil percepção dos direitos individuais e apoio a formas violentas de punição por parte da população.

As estatísticas registram fração do crime total. Muitos crimes não são relatados à polícia pela opinião que as pessoas têm desta: ou não acreditam nela e na sua capacidade de lidar com os conflitos ou a temem pela brutalidade.

O método de trabalho da polícia é a corrupção e a tortura. Quando alguém é preso e tem ficha criminal o esquema é feito em três etapas:

1. tortura.
2. proposta de acerto ao advogado.
3. acerto.

Polícia desacreditada. Descrença possui base sólida.

As mortes causadas pela PM são registradas como "resistência seguida de morte".

Os criminosos sociais oferecem 3 tipos de explicação para a criminalização e suas variações:

1. Urbanização, migração, pobreza, industrialização e analfabetismo.
2. Desempenho e características das instituições encarregadas de manter a ordem (polícia, judiciário e legislativo).
3. Psicológico.

A autora afirma que, além disso, é necessário considerar 3 outros fatores:

1. Elementos culturais (concepção dominante).
2. Papel da autoridade.
3. Concepções do corpo manipulável.

Capítulo 5.

Os abusos da polícia, embora tenham longa história, nos últimos anos (80/90) os números são particularmente indignantes e foram incorporados como rotina.

Os abusos persistiram durante a consolidação democrática e, à medida que os direitos da cidadania cresciam, aqueles cresciam.

Os abusos também são associados à segurança pública e a sistema de responsabilização. (accountability)

Se abusos aumentam em um sistema democrático, isso se deve mais a decisão administrativa e opção política do que um padrão irretratável do passado.

Políticas fomentam os abusos.

Direitos civis – democracia é confrontada e aviltada.

Combinação – deslegitimação das instituições de ordem + crescimento do crime violento + adoção de meios privados para lidar com a violência e crime + violência policial – geram ciclo em que a violência é continuamente reproduzida em vez de controlada.

1. A escalada da violência policial.

O Brasil é uma democracia em que os direitos políticos e a liberdade de organização e de expressão são garantidos, mas há a explícita violação dos direitos humanos.

Alvos da polícia são os “suspeitos” (maioria pobres e negros). A população apóia esse tipo de conduta.

A população classifica os direitos humanos como “privilégio de bandidos”.

A prática de tortura (policia civil) e execução sumária (PM) são amplamente divulgadas e são documentadas por instituições que defendem os DH, mas, mesmo assim a instauração de processos contra policiais não é comum.

Muito poucos processos chegam ao judiciário – provas são difíceis – medo da família.

Nas pesquisas feitas os dados levantados permitiram a conclusão que:

1. O número de mortes de civis é desproporcional ao número de policiais militares.
2. O n. de mortes é mais alto do que o n. de feridos.
3. O n. de mortes de civis é muito alto.
4. Em 1991(1140) e 1992(1470) foram os n. mais altos de mortes de civis.

Em 1992, particularmente, foram 1470 mortos. A polícia de SP matou sumariamente 8,5 vezes a mais do que o regime "apartheid" na África do Sul em seu pior ano. (1987).

Como o n. de policiais é bem menor (59), não se pode considerar que as mortes são consideradas acidentais ou como resultado de uso de violência pelos civis como alegam os PMs. (18,8 civis para 1 PM).

A variação de n. de mortes de civil demonstra as políticas de segurança pública adotadas desde o início do período democrático. Os níveis altos de execuções sumárias em 1991 e 1992 parecem ser resultados da política "dura" adotada por Luís Antônio Fleury.

Franco Montoro foi o primeiro governador eleito quando dos primeiros passos da democratização. Para estabelecer um governo democrático e um estado de direito precisava controlar a polícia.

Nomeou o Secretário de Segurança Pública com a tarefa de criar a "nova polícia", segundo as diretrizes das propostas. Verificou-se que para defesa dos direitos humanos e a democracia havia necessidade de reformar a polícia, o que era extremamente difícil.

Verificou-se que defender os direitos humanos sob a democracia era quase tão difícil e polêmico do que durante o regime militar.

O governo Montoro não teve o apoio da população e da polícia para o implemento das reformas necessárias. Mas nesse governo houve mais fiscalização com punição de PMs. Esse governo demonstrou que a vontade política de controlar a violência e impor o Estado de Direito pode ser levada a efeito a curto prazo, ainda que de uma forma limitada.

Miguel Reale Júnior que foi secretário de justiça, em entrevista afirmou que para a modificação deveria passar valores. Isso tem de ser feito aos poucos e qualquer insurgência pode mudar tudo.

Há muitas resistências a mudança de valores. É mais fácil para um policial que vive tenso por enfrentar a violência face a face, ter uma resposta simples e violenta, produzindo a morte. Ele não será punido, por que então prender, se ele pode matar? É mais simples ter a impunidade garantida e violência legitimada, especialmente por superiores.

A violência espalha-se rápido, mas o controle é um projeto de elaboração cultural a longo prazo, com resultados frágeis, sujeitos à reversão rápida.

O governo de Quércia mudou a linha de segurança e endureceu. A população apoiou. O número de mortes causadas pela polícia demonstraram a eficiência no desempenho das tarefas, como desejado pela população que quer que a polícia "chegue junto".

O apoio governamental à polícia é verificado pela taxa de punição de abusos.

ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) foi criada em 69 durante o regime militar para lutar contra ataques terroristas. Depois do fim do regime militar, a ROTA foi direcionada para combater a criminalidade.

Caco Barcellos escreveu um livro "Rota 66" e mostra que os policiais a ROTA agem baseados em suspeitas e que a reação comum é atirar. Se matam alegam a existência de ameaça a suas vidas. "A pessoa morta é sempre culpada pela própria morte". A maioria das pessoas que morrem não tem antecedentes criminais. As mortes pela ROTA são discutidas como questão de rotina.

Para legitimar a ação violenta a polícia militar insiste no "perigo dos bandidos" e constrói uma imagem que a ROTA protege os pobres na periferia (e estes acabam apoiando os métodos violentos).

A caça aos criminosos é comparada ao prazer de estar com a mulher e à emoção de uma criança estar na montanha russa. Tal figura reforça a imagem do herói e ajuda a esquecer os abusos. (matéria de jornal).

O apoio popular e político e o da imprensa – a polícia sentiu-se à vontade para matar – 1991 e 1992.

2. O massacre no Carandiru.

Pavilhão 09 do Carandiru – 111 presos mortos e nenhum policial.
Motivo: controle de lutas entre gangues.
Vítimas: 80% ainda esperavam sentença definitiva da Justiça.
Só 9 presos tinham recebido pena acima de 20 anos.
51 presos tinham menos de 25 anos.
26 detentos foram mortos fora da cela.
Foram atingidas na parte superior do corpo – cabeça e coração. Intenção de matar foi detectada nos exames de balística.
Informações retiradas do relatório elaborado pela comissão de acompanhamento para os julgamentos do Caso Carandiru. www.cidh.oas.org

- Tiros aleatórios, cães treinados para morder genitais, perfurados a facas.
- Nus, os sobreviventes foram obrigados a carregar os corpos dos companheiros mortos e a limparem o sangue porque os policiais tinham medo de pegar AIDS.

A indignação não foi universal, apesar da ampla divulgação. A administração estadual e a da polícia não criticaram o massacre. Tentaram, ao contrário abafar e diminuir o seu significado e esquivar da responsabilidade.

Em declaração o governo e Secretário sugeriram que isso não foi totalmente estranho devido à política de segurança pública implantada.

O secretário ainda afirmou que o que tinha acontecido no Carandiru não deveria ser chamado de massacre, mas de intervenção necessária para evitar "fuga em massa".

Disse que a polícia é reflexo da sociedade e que esta é violenta.

O uso da violência tornou-se natural e aceito como legítimo dentro da PM e os comandantes encontram meio para esquivar-se da responsabilização.

Ler entrevista p. 177.

Não houve nenhuma condenação. Ampla divulgação. O governador Fleury, depois de pressão, demitiu os 6 principais comandantes do massacre e substituiu o secretário de segurança pública, abrandando a política.

Michel Temer tentou impor novas regras como retirar policiais de patrulhamento, enviar para aconselhamento o que reduziu um pouco as mortes.

O governo de Mário Covas também se comprometeu a controlar abusos policiais. Criou o PROAR (programa de reciclagem de policiais envolvidos em situações de alto risco).

Policiais envolvidos em tiroteios são retirados do patrulhamento por três meses e enviados para programas de reciclagem e também recebem aconselhamento e são reavaliados antes de retornarem às tarefas.

Criação do ombudsman para a polícia.

Fazer cumprir o Estado de Direito é impopular. A tendência tradicional é o abuso porque é mais simples.

A mídia exigiu investigação e punição por parte do executivo e legislativo. O sistema judiciário foi absolutamente ignorado.

Continua a existir resistência. Reação paradoxal: as pessoas têm medo da polícia, mas pedem para ser violenta com "quem merece".

A camada trabalhadora tem medo da polícia. As pessoas sabem o que acontecem na polícia por experiência própria. A policia confunde trabalhadores com criminosos, usa a violência contra eles e tenta disfarçar os erros.

"A fronteira que separa a imagem do trabalhador pobre da do criminoso é muito tênue". Por isso reações de medo podem ser interpretadas como fuga (comportamento criminoso).

Muitos pensam que a polícia é mais branda com os criminosos do que com os trabalhadores e isso ocorre por interesse. 1. os policiais são corruptos

e podem estar envolvidos diretamente com o crime. 2. a polícia não está preparada para cumprir a sua tarefa.

Judiciário desacreditado. Falta de provas. Medo da polícia e medo do criminoso implicam em silêncio das pessoas.

A polícia executa vingança imediata que pode ser ilegal, mas é considerada justa e eficiente.

Um dos efeitos mais paradoxais da experiência de contínuas arbitrariedades e injustiças contra a classe trabalhadora é que respeitar a lei pode ser visto como uma forma a mais de injustiça. A aplicação dos princípios legais ou o reconhecimento de alguns direitos podem ser percebidos apenas como uma forma de abuso e negligência em relação aos direitos do trabalhador que, por exemplo, defende a sua honra. Por que a lei, que não funciona nunca, pune os trabalhadores que defendem a honra?

<u>A lei é boa quando é do lado de lá.</u>

A classe mais alta tem o poder de escolher não respeitar a lei. Quando a lei defende seus interesses, é boa, mas quando não, a ignoram.

As reações de todos os grupos à experiência cotidiana com a violência e com a instituição de ordem ineficaz parecem estar levando a uma deslegitimação do Estado de Direito.

A segurança privada contribui para aumentar a desigualdade e a separação. Discurso: segurança pública ineficiente x segurança privada eficiente. Segurança privada = mercado em expansão.

Ciclo da violência cria um impasse = campo político – democracia x situação fática de crime, polícia corrupta e ineficaz e sistemas de ordem desacreditados – resistência à democratização.

Capítulo 6.

Regras de organização espacial reproduzem os padrões de diferenciação social e de separação.

Enclaves fortificados – espaços privatizados fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho.

O sistema de transporte público baseado em ônibus foi fundamental para o desenvolvimento do novo padrão de urbanização. Desenvolvimento aleatório e especulativo. Expansão sem planejamento = condições precárias de saneamento e saúde. Estratégias: deixar áreas vazias no meio para que fossem colocadas no mercado mais tarde, por preços mais altos.

Classe média e alta receberam financiamentos para construção de suas casas. SFH apenas 6,4% para famílias com renda menor do que 3,5 SM.

São Paulo = cidade que separa as pessoas pela distância, tipos de habitação e qualidade de vida humana.

A oposição centro – periferia continua a marcar a cidade, mas a periferia melhorou, ficou mais cara e, como a renda diminuiu, os trabalhadores foram obrigados a dirigirem-se às favelas e aos cortiços.

Muros = proteção e segregação. Periferia = movimentos para melhorar. Favelas = lugar daqueles que não são desejados, embora sejam vizinhos dos condomínios fechados.

Capítulo 7.

Enclaves fortificados = propriedade privada para uso coletivo, porém restrito. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. Cultivam um relacionamento de ruptura, de negação com o resto da cidade. Conferem "status" afirmando a distância e desigualdade social.

O desrespeito à lei é quase uma constante e a polícia é mantida longe. Crimes são cometidos pelos filhos como acidentes de automóveis, drogas. São considerados problemas de disciplina e não de lei. São considerados problemas internos e a atitude de evitar interferência prevalece.

Quando os crimes são cometidos pelos filhos, há pedido de anistia, porque é irmão, primo, sobrinho de alguém. Reprodução do "status quo".

Capítulo 8.

Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública. Divisão entre espaço público e privado. Pessoas de classe média e alta sabem demarcar sinais de classe, incluindo arrogância e desrespeito.

Capítulo 9.

Violência = violação de direitos individuais ou civis, afetando a qualidade da cidadania brasileira.

Democracia disjuntiva = embora o Brasil seja uma democracia política e os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis são continuamente violados.

Embora os direitos humanos sejam, em teoria, um valor universal, na verdade eles são cultural e politicamente interpretados e modificados, sendo que os seus significados dependem de como o conceito é articulado politicamente em contextos específicos.

Os direitos humanos no contexto atual são chamados de "privilégios de bandidos".

A visão humanista é rechaçada pela articulação hábil dos meios de comunicação de massa com a reprodução de preconceitos, estereótipos e crenças compartilhadas por grandes parcelas da população.

Adversários dos direitos humanos operam com categorias, preconceitos e fala do crime e articulam seus discursos com bases em categorias associadas à oposição bem x mal. Os discursos contra os direitos humanos negam a humanidade do criminoso, pessoa que passa a ser o símbolo do mal. Por isso, comparam a política de humanização das prisões à concessão de privilégios para bandidos. O privilégio para alguns "não cidadãos" que quase não são humanos contrapõe-se ao bem dos cidadãos.

Se a justiça é inócua, é uma piada, a maioria dos direitos do cidadão não são respeitados, por que os criminosos (que não são humanos) deveriam ter esse privilégio?

Já as pessoas que defendem os direitos humanos baseiam-se em visões diferentes, considerando as várias dimensões de uma mesma situação.

Os presos são "cidadãos com direitos restringidos".

No Brasil, todas as Constituições, desde 1824, promulgaram os princípios de cidadania universal, entretanto os direitos individuais não são legitimados nem protegidos e o corpo não é respeitado em sua individualidade e privacidade.

A democracia brasileira deve legitimar o judiciário, deixar de exercitar jogos de poder e abusos de autoridade. Deverá encontrar maneiras de democratizar o espaço público , renegociar fronteiras e respeitar os direitos civis.